



NOTA INFORMATIVA

Quadros de qualificações na Europa: desenvolver as ligações certas

À medida que os quadros nacionais de qualificações na Europa se aproximam da sua fase de implementação, a integração de políticas torna-se um desafio crucial

A introdução de quadros de qualificações baseados em resultados de aprendizagem é atualmente um fenómeno global. De acordo com uma publicação conjunta recente do Cedefop, da Fundação Europeia para a Formação (ETF) e da Unesco, os quadros estão a ser implementados ou desenvolvidos em 142 países.

O Quadro Europeu de Qualificações (QEQ) baseado em oito níveis torna possível a comparação de todos os tipos e níveis de qualificações de diferentes países, subsistemas e contextos de aprendizagem. Atualmente, 36 países estão a trabalhar em conjunto para implementar o QEQ: os 28 Estados-Membros da UE e a antiga República jugoslava da Macedónia, a Islândia, o Listenstaine, o Montenegro, a Noruega, a Sérvia, a Suíça e a Turquia.

O QEQ como ponto de referência

No final de 2013, 22 destes países ⁽¹⁾ terão associado («referenciado») formalmente os seus níveis de qualificações nacionais ao QEQ; espera-se que os restantes o façam nos próximos dois anos. Os certificados nacionais, diplomas e documentos Europass passarão eventualmente a incluir o nível do QEQ relevante. É o que já acontece na Dinamarca, na Estónia, na Irlanda, em França, na Lituânia e em Portugal.

A avaliação externa realizada em 2012/13 confirmou que o QEQ foi aceite como ponto de

referência para os quadros nacionais de qualificações. Mas a chave para o seu êxito reside na continuidade. As ligações entre os níveis europeus e nacionais têm de ser revistas regularmente; a confiança comum só pode ser alcançada através de um intercâmbio sistemático entre países.

Caixa 1. Quadro de qualificações para o Espaço Europeu do Ensino Superior

Os países envolvidos no QEQ também fazem parte do processo de Bolonha e implementam um quadro de qualificações para o Espaço Europeu do Ensino Superior (QQ-EEES). Atualmente, alguns combinam a autocertificação no âmbito do QQ-EEES (realizada por 17 países) com a articulação com o QEQ; isto é possível graças à existência de um quadro nacional de qualificações (QNQ) **abrangente**. A Bulgária, a Estónia, a Croácia, a Letónia, a Lituânia, o Luxemburgo, Malta, a Áustria, Portugal e a Eslovénia produziram relatórios conjuntos de ambos os quadros.

O QEQ como catalisador para os desenvolvimentos nacionais

Antes da adoção do QEQ em 2008 ⁽²⁾ apenas três países – Irlanda, França e Reino Unido – tinham introduzido QNQ baseados em resultados de

⁽¹⁾ Áustria, Bélgica (Flandres, Valónia), Bulgária, Croácia, República Checa, Dinamarca, Estónia, França, Alemanha, Islândia, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Roménia, Eslovénia e Reino Unido.

⁽²⁾ Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de abril de 2008 relativa à instituição do Quadro Europeu de Qualificações para a aprendizagem ao longo da vida. *Jornal Oficial da União Europeia*, C 111, 6.5.2008, p.1.

aprendizagem. Atualmente, os 36 países envolvidos no QEQ estão em fase de desenvolvimento e implementação desses quadros.

Isto significa que o QEQ está a influenciar o modo como as qualificações são classificadas a nível nacional. Na maioria dos países, tal representa um novo ponto de partida que por vezes conduz a uma reavaliação do valor e das relações entre as qualificações. Um exemplo dessa viragem é a decisão da Alemanha de atribuir o nível 6 do QNQ a qualificações correspondentes ao grau de mestre-artesão (*meister*) e ao grau de bacharel.

Caixa 2. Nível 5

O estudo do Cedefop relativo às qualificações do nível 5 do QEQ traça a diversidade dessas qualificações a partir da perspetiva baseada nos resultados de aprendizagem. Tal como o estudo revela, esta perspetiva tem impacto na progressão na carreira (uma vez que associa de forma mais estreita as qualificações ao mercado de mercado) e afeta o modo como as pessoas entram e saem do ensino profissional, geral e superior.

Quatro fases de desenvolvimento de um QNQ

As experiências iniciais na Irlanda, em França e no Reino Unido sugerem que o desenvolvimento de um QNQ deve ser visto sobretudo como um círculo contínuo de melhoria e não como um processo de progressão linear. As quatro fases descritas a seguir podem sobrepor-se.

Conceção e desenvolvimento: nesta fase decidem-se os fundamentos, os objetivos políticos e a arquitetura do QNQ. No final de 2013, a maioria dos 36 países terão acordado a estrutura global dos seus quadros. **Adoção formal:** envolve um mandato formal como, por exemplo, uma lei relativa ao QNQ, uma alteração a uma lei existente, um decreto ou outra forma de adoção formal. Até ao momento foram formalmente adotados 24 quadros, mais recentemente pela Croácia; a Espanha, a Roménia, a Finlândia e a

Suécia estão em fase de preparação para a adoção formal. **Fase operacional inicial:** as instituições devem estar em conformidade com as estruturas e os métodos do QNQ. Após a adoção formal, os países trabalham aspetos práticos como os papéis e as responsabilidades das partes interessadas, e desenvolvem critérios e procedimentos para a atribuição de qualificações aos níveis do QNQ. Neste momento existem 11 países – Bélgica (Flandres), Estónia, Alemanha, Islândia, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega, Polónia e Portugal – nesta fase. **Fase operacional avançada:** o QNQ constitui uma parte integrante do sistema nacional de qualificações e é utilizado como ponto de referência pela administração pública, pelo setor privado e pelos cidadãos. Os quadros de cinco países – Dinamarca, Irlanda, França, Malta e Reino Unido – pertencem a esta categoria.

Vinte e oito países adotaram quadros com oito níveis, tal como o QEQ; os restantes operam com 5, 7, 9, 10 e 12 níveis. Seis introduziram QNQ parciais que cobrem um âmbito limitado de qualificações. Trinta estão a trabalhar em **QNQ abrangentes** que cobrem todos os tipos e níveis de qualificação.

Caixa 3. O progresso de um país: Dinamarca

A Dinamarca adotou um QNQ abrangente (oito níveis) em 2009 e concluiu a articulação com o QEQ em 2011. O QNQ dinamarquês pode ser agora considerado operacional e está a tornar-se mais visível para os aprendentes. Em janeiro de 2013, a Dinamarca começou a emitir qualificações de ensino e formação profissional (EFP) com referência explícita aos níveis nacionais e europeus. O QNQ constitui um ponto de referência para a conceção de qualificações, tanto no ensino profissional como no ensino superior. Os níveis do QNQ estão também a ser utilizados na estruturação de bases de dados nacionais de qualificações, tornando a abordagem baseada nos resultados de aprendizagem mais amplamente entendida. Em 2013, os intervenientes nacionais estavam familiarizadas com o quadro (70% dos inquiridos no âmbito de uma avaliação externa afirmaram «conhecer bem o quadro»).

Colocar os resultados de aprendizagem em prática

A descrição dos níveis dos QNQ com base nos resultados de aprendizagem difere de país para país. Um estudo recente do Cedefop ⁽³⁾ revela uma série de estratégias diferentes.

Alguns países, como a Estónia e Portugal, utilizam os descritores dos níveis do QEQ diretamente. Ambos os países preparam também quadros ou guias exploratórios com descritores de níveis mais detalhados.

Um segundo grupo de países (Dinamarca, Finlândia, Hungria, Islândia, Noruega, Polónia, Roménia e Suécia) ampliou os descritores do QEQ de modo a refletirem melhor as complexidades do sistema nacional ou a enfatizarem as prioridades nacionais. O termo «competência», por exemplo, é interpretado de diversas formas: desde competência geral (Noruega), competência social (Polónia) ou competência enquanto conceito holístico que abrange um conjunto de conhecimentos, aptidões e atitudes (Bélgica, Alemanha e Países Baixos). Outros países (Finlândia, Islândia e Malta) integraram as competências-chave definidas a nível da UE nos seus descritores de níveis.

Abrir portas às qualificações externas

A maioria dos QNQ toma como ponto de partida qualificações reguladas e atribuídas pelas autoridades nacionais. Contudo, recentemente a questão das qualificações externas – as que são atribuídas por outros organismos – ganhou proeminência.

De acordo com um inquérito recente, um terço dos 36 países europeus que cooperam no âmbito do QEQ pretendem abrir os seus QNQ a um conjunto mais abrangente de certificados, diplomas e qualificações. Dar este passo significa obter uma visão mais concreta das qualificações existentes, podendo fortalecer as ligações entre o ensino e formação inicial, fornecidos geralmente pelo setor público, e a formação contínua fornecida pelo mercado de trabalho. Todos os países salientam a

necessidade de instrumentos sólidos de garantia da qualidade; alguns deles, incluindo os Países Baixos, a Áustria e a Suécia, já se encontram em fase de elaboração de critérios de garantia da qualidade.

Caixa 4. Qualificações internacionais

Uma questão específica tem a ver com a inclusão de qualificações desenvolvidas e atribuídas por organizações, associações e empresas internacionais/multinacionais. Uma vez que as autoridades nacionais não garantem diretamente essas qualificações, existe um certo grau de incerteza quanto ao seu valor no mercado de trabalho e na sociedade.

Aumentar a importância da validação

Muitos países veem os QNQ emergentes como uma oportunidade para integrar melhor a validação da aprendizagem não formal e informal nos seus sistemas de qualificações. A validação permite aos aprendentes adquirirem qualificações ao longo do tempo e em diferentes contextos, e promove a flexibilidade do sistema nacional. Existem duas condições para alcançar esta integração: utilizar as mesmas normas de validação utilizadas para as qualificações «normais» e definir essas normas enquanto resultados de aprendizagem.

Alguns países (incluindo a Espanha e os Países Baixos) introduziram normas comuns para o ensino e formação profissional e para as qualificações profissionais; o ensino superior está também a tornar-se mais recetivo à validação.

Embora a validação seja uma questão de política nacional, os aprendentes são avaliados individualmente no âmbito de objetivos programáticos definidos por instituições. Isto resulta em práticas altamente variáveis, tornando difícil para um indivíduo perceber se a aprendizagem não formal e informal será tida em conta pelas instituições de ensino superior.

A maioria dos 36 países que cooperam no QEQ ainda tem de estabelecer uma ligação claramente definida entre os seus QNQ e as medidas de validação. A recomendação do Conselho, de 2012, sobre a validação da aprendizagem não formal e

⁽³⁾ Cedefop (2013). *Analysis and overview of NQF level descriptors in European countries* (Análise e visão geral dos descritores dos níveis dos QNQ nos países europeus).

informal fornecerá aos países o ímpeto necessário para o estabelecimento de ligações mais sólidas entre quadros de qualificações e validação.

Desafios políticos

A implementação dos QNQ ainda se encontra numa fase inicial, sendo o seu impacto a longo prazo incerto. De forma a garantir que os países e os aprendentes usufruem plenamente dos seus benefícios, os decisores políticos devem centrar-se em três aspetos principais: **visibilidade, integração e envolvimento do mercado de trabalho.**

- Os cidadãos comuns – alunos, estudantes, pais, trabalhadores e empregadores – nem sempre têm conhecimento da existência de QNQ. No entanto, alguns países (tais como a República Checa, a Estónia, a Irlanda, Portugal e o Reino Unido) estão a tomar medidas para os dar a conhecer – por exemplo, garantindo que os níveis dos QNQ e do QEQ constam dos novos certificados, diplomas, documentos Europass ou em bases de dados de qualificações.
- Se o objetivo dos QNQ reside na melhoria do acesso à educação e formação, na eliminação de barreiras entre subsistemas e na renovação de currículos e métodos de avaliação, então devem estar estreitamente integrados com outras políticas, tais como políticas de validação, orientação, reforma curricular e transferência de créditos.
- Apesar de a maioria dos QNQ assentarem na educação, para serem amplamente aceites devem envolver os atores do mercado de trabalho. Abrir os quadros às qualificações externas, incluindo do setor privado, pode encorajar o diálogo entre emprego e educação.

- As decisões relativas aos níveis dos QNQ devem envolver os parceiros sociais em todas as fases. Na fase de desenvolvimento, devem participar na definição dos descritores de níveis; durante a implementação, podem ajudar a determinar quais as qualificações a atribuir aos vários níveis. Na prática, a integração de políticas e o envolvimento do mercado de trabalho exigem também uma cooperação estreita entre diferentes ministérios e serviços.

Como sempre, o maior desafio consiste em reunir políticas e instrumentos num todo integrado. As qualificações nunca poderão cingir-se unicamente à esfera da educação.

Informações adicionais e serviços

Cedefop (2013): *Analysis and overview of NQF level descriptors in European countries* (Análise e visão geral dos descritores dos níveis dos QNQ nos países europeus)

Cedefop (2013): *Qualifications at level 5: benefits for career and higher education* (Qualificações de nível 5: benefícios para a carreira e para o ensino superior)

Base de dados bibliográfica da Biblioteca do Cedefop:

<http://www.cedefop.europa.eu/EN/Information-services/vet-bib-bibliographic-database.aspx>

Páginas Web do Cedefop: *Understanding qualifications* (Compreender as qualificações)



CEDEFOP

Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional

Nota informativa – 9083 PT

Nº de catálogo: TI-BB-13-009-PT-N

ISBN 978-92-896-1412-2, doi: 10.2801/52445

Copyright © Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (Cedefop), 2013

Todos os direitos reservados.

As Notas Informativas são publicadas em Alemão, Espanhol, Francês, Grego, Inglês, Italiano, Polonês, Português e na Língua do país que detém a Presidência Europeia. Para as receber regularmente envie um e-mail para: briefingnotes@cedefop.europa.eu

Pode descarregar outras Notas Informativas e publicações do Cedefop em: <http://www.cedefop.europa.eu/EN/publications.aspx>

PO Box 22427, 551 02 Thessaloniki, Grécia

Europe 123, Thessaloniki, Grécia

Tel. +30 2310490111, Fax +30 2310490020

E-mail: info@cedefop.europa.eu

visit our portal www.cedefop.europa.eu